

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.**

Prezados Senhores:

A Administração do Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A. submete à sua apreciação as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo com a Legislação vigente.

Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração em nossa administração e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrado para obtenção dos melhores resultados.

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017** (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Notas	2018	2017	
<b>Circulante</b>		<b>41.784</b>	<b>54.600</b>	
Disponível		3.403	209	
Realizável		39.381	54.391	
Aplicações financeiras		27.656	21.564	
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5	6.400	14.923	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		3.400	14.923	
Contraprestações pecuniárias a receber		6.023	17.636	
Bens e títulos a receber	7	1.302	268	
Despesas antecipadas		36.596	18.585	
<b>Não circulante</b>		<b>30.969</b>	<b>7.419</b>	
Realizável a longo prazo		50	192	
Aplicações financeiras	5	50	192	
Títulos e créditos a receber	8	5.272	7.227	
Ativo fiscal diferido	9	13.987	-	
Depósitos judiciais e fiscais	11	11.760	-	
<b>Investimentos</b>		-	67	
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		-	67	
Outros investimentos		-	67	
<b>Imobilizado</b>	10	<b>5.627</b>	<b>10.597</b>	
Imóveis de uso próprio		4.757	9.231	
Imóveis de uso próprio - hospitalares		468	1.366	
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		468	1.029	
Hospitalares		-	337	
Não hospitalares		402	-	
Outras imobilizações		402	-	
Hospitalares		-	502	
Intangível		-	73.185	
<b>Total do ativo</b>		<b>78.380</b>	<b>73.185</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Notas	2018	2017	
<b>Circulante</b>		<b>36.366</b>	<b>49.523</b>	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	23.996	35.027	
Provisões de prêmio/contraprestações		-	11.500	
Provisão de eventos/contraprestação não ganha (PPCNG)		-	11.500	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS		865	704	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		8.189	10.236	
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		14.942	12.587	
Débitos de operações de assistência à saúde		1.128	1.431	
Contraprestações a restituir		386	1.288	
Operadoras de planos de assistência à saúde		742	143	
<b>Provisões</b>		<b>572</b>	<b>3.785</b>	
Provisões para imposto de renda e contribuição social		572	3.785	
Tributos e encargos sociais a recolher	13	6.633	3.626	
Emprestimos e financiamentos a pagar	15	1.512	2.261	
Débitos diversos		2.525	2.793	
<b>Não circulante</b>		<b>46.449</b>	<b>7.698</b>	
Exigível a longo prazo		46.449	7.698	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	105	156	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	13	105	156	
Provisões		39.184	-	
Provisões para ações judiciais	14	39.184	-	
Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.636	4.981	
Emprestimos e financiamentos a pagar	15	1.524	2.561	
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>(4.435)</b>	<b>15.964</b>	
Capital social	16.a	22.347	14.747	
Reservas		-	7.702	
Reservas de capital		-	7.702	
Lucros/(Prejuízo) líquidos acumulados		(26.782)	(6.485)	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>78.380</b>	<b>73.185</b>	

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017** (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Capital social		Reservas de lucros	Lucros/(Prejuízo) líquidos acumulados	Resultado do exercício	Total
	2016	2017				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.247	-	7.811	(13.440)	-	7.618
Aumento capital	1.500	-	-	-	-	1.500
Reserva legal	-	-	(109)	109	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.846	6.846	6.846
Lucros/(Prejuízo) líquidos acumulados	-	-	-	(6.846)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.747</b>	<b>7.702</b>	<b>-</b>	<b>(6.485)</b>	<b>-</b>	<b>15.964</b>
Aumento capital	1.500	-	-	-	-	1.500
Reserva legal	-	-	(109)	109	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.702	7.702	7.702
Lucros/(Prejuízo) líquidos acumulados	-	-	-	(27.999)	(27.999)	(27.999)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>22.347</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.782)</b>	<b>-</b>	<b>(4.435)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017** (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **SAMED Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.** (doravante denominada por "Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pelas Companhias Lagart Empreendimentos e Participações LTDA e Notre Dame Intermédica Saúde S.A., com sede em Mogi das Cruzes na Avenida Engenheiro Eugênio Motta, nº 255 - Centro, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS.

**b) Comparabilidade**

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2017, conforme disposto do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

**c) Base de mensuração**

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue: a) Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento; e b) Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**d) Continuidade**

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**e) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisões técnicas; e
- Provisões judiciais;
- Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de ativos e passivos no balanço patrimonial entre circulante e não circulante. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

**h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia**  
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia são:

- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil
- IFRS 17 - Contratos de Seguros (sem equivalente para o CPC até o momento)
- IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor com a aprovação da ANS.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

**a) Caixa e equivalentes**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, em conta corrente em instituições financeiras e aplicações financeiras de liquidez imediata e com prazos iguais ou inferiores a 90 dias. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, são resgatáveis a qualquer momento e não sofrem risco de mudança significativa de valor.

**b) Instrumentos financeiros (CPC - 48 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como alteração, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros, como: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e redução do valor recuperável de ativos financeiros e aplica novos critérios para o reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros.

Os efeitos da transição e aplicação da norma a Companhia realizou a avaliação dos modelos com base nos critérios requeridos dos seguintes tópicos:

- A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.
- A determinação do modelo de negócio, que representa a forma com que a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;

As determinações das variáveis relacionadas às estimativas de perda dos valores recuperáveis. A companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos e passivos financeiros.

Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Valor Justo por meio do Resultado.

**c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por meio de indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

**d) Provisão para perdas sobre créditos**

A Companhia constitui provisão para perdas sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 418/2016 da ANS.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos) e para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

**e) Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.**

**f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**g) Imobilizado**

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação até outubro de 2018 foi calculado com base na expectativa de vida útil, taxas fiscais determinada pela Receita Federal do Brasil, a partir desta data a Companhia através de Laudo de empresa independente definiu a vida útil estimada destes ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído no demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

**g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**  
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos:

- Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), constituída para a cobertura de eventos;
- Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS - Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 419/2016, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, é estabelecido regras para constituição de provisões técnicas, tais regras, exige que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela resolução normativa para cobrir as contraprestações.

**i) Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros" pelo método de custo amortizado.

**j) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes**  
A avaliação das contingências passivas, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com probabilidade de sucesso. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

**k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferida sobre base de diferenças temporárias.

**l) Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

**m) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

**n) Reconhecimento de receitas e custos operacionais**  
A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados em um pacote de serviços, para esse com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 - Contratos de Seguros, para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes.

**l. Reconhecimento de Receitas Operacionais**  
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no sub item "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 12 classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

**ll. Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018.)**  
a) Prestação de serviços  
A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando os serviços são satisfetos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

**Contraprestação variável**  
A Companhia possui dois tipos de glossas:

- i. Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- ii. Externas, glossas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glossas são contraprestações variáveis, de acordo com o CPC 47. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**
**9. ATIVO FISCAL DIFERIDO E PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS**

31 de dezembro de 2018	
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:	
Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas)	11.783
Perda de recuperabilidade sobre créditos	1.949
Outras adições	155
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>13.887</b>

O ativo fiscal diferido refere-se a diferenças temporárias e suas expectativa de realização será no exercício.

**10. ATIVOS IMOBILIZADOS**

Vida útil	Taxa anual de depreciação - % a.a.		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018		
			Aquisições	Baixas	Depreciações		
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	9.230	-(4.455)	(18)	4.757	
Veículos	1 a 10 anos	2%	76	-(76)	-	-	
Instalações	5 a 10 anos	14%	47	-	-	51	
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	906	7 (596)	(8)	309	
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	335	1 (246)	(2)	88	
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	3	16	-(1)	18	
Imobilizações em curso	-	-	-	404	-	404	
			<b>10.597</b>	<b>432 (5.373)</b>	<b>(29)</b>	<b>5.627</b>	
31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	
Terrenos e imóveis	25 a 5 anos	4%	9.341	1.421	-(1.532)	9.230	
Veículos	5 a 10 anos	20%	110	56	-(90)	76	
Instalações	10 a 10 anos	10%	19	94	-(66)	47	
Máquinas e equipamentos	10 a 10 anos	10%	569	871	-(534)	906	
Móveis e utensílios	10 a 10 anos	10%	345	629	-(639)	335	
Equipamentos de computação	5 a 5 anos	20%	5	444	-(446)	3	
			<b>10.389</b>	<b>3.515</b>	<b>-(3.307)</b>	<b>10.597</b>	

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

A Companhia efetuou depósito judicial na esfera cível no montante de R\$ 11.760, basicamente refere-se a discussões com fornecedores acerca dos montantes dos honorários requeridos, onde a Companhia questiona os valores cobrados em juízo.

**12. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS	970	860	
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	8.189	10.236	
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) <sup>1</sup>	14.942	12.587	
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) <sup>2</sup>	-	11.500	
	<b>24.101</b>	<b>35.183</b>	

<sup>1</sup> A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) foi constituída com os critérios constantes na Resolução Normativa - RN 209, com observância da RN 274 no que diz respeito as Operadoras de Médio Porte, onde a memória de cálculo corresponde a 8,5% do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 meses.

<sup>2</sup> Em 24 de janeiro de 2019, por meio do ofício 1/2019/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO da ANS a Companhia cedeu sua carteira de clientes para a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., consequentemente esta baixa refletiu na Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG).

**13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
IRPJ a Recolher	3.013	1.062	
CSLL a Recolher	1.244	576	
ISS na fonte	88	489	
INSS	741	810	
FGTS	205	205	
COFINS e PIS	1.158	1.655	
Outros impostos e contribuições	686	728	
Parcelamentos de tributos e contribuições	2.395	3.082	
Atualização Monetária sobre Tributos	152	-	
Atualização de Parcelamentos	2.587	-	
<b>Impostos devidos a recolher</b>	<b>12.269</b>	<b>8.607</b>	
Circulante	6.633	3.626	
Não circulante	5.636	4.981	

**DIRETORIA**

Aos:

Administradores da  
**SAMED Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.**  
Mogi das Cruzes - SP

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Examinamos as demonstrações financeiras da **SAMED Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A. ("Operadora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SAMED Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A. ("Operadora")**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião sobre as demonstrações financeiras**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

**Ênfase - Insuficiência de Solvência**

Chamamos atenção para a Nota 16, relativo aos cálculos de indicadores de solvência que é a capacidade de uma operadora de honrar seus compromissos com os beneficiários e prestadores de serviços. Ocorre que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, gerou-se uma insuficiência de solvência no valor de R\$ 28.729 mil (R\$ 518 mil em 31 de dezembro de 2017), e respectivamente o patrimônio líquido a descoberto no valor de R\$ 4.435 mil, fatos estes que estão em desacordo com as normas e regulamentos exigidos pela Agência Nacional da Saúde Complementar. É importante salientar que em 28 de fevereiro de 2019 a "Operadora" foi incorporada pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A.,

**14. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS**

A Companhia é parte reclamada em ações de natureza cível, trabalhista e fiscal, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu provisão para contingências de natureza fiscal basicamente representada por processos no montante R\$ 4.420, cível R\$ 13.348 (R\$ 121 em 31 de dezembro de 2017) e trabalhista R\$ 21.416 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta outras ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais no montante total de R\$ 9.980, que de acordo com nossos consultores jurídicos apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2018 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
						Valor	Valor	Valor	Valor
Leasing	Safra	CDI	28/08/2018 a 31/08/2020	Mensal	18,72%	788	147		
Leasing	Unicred	CDI	15/12/2016 a 29/11/2017	Mensal	11,04%	1.912	2.983		
Leasing	Bradesco	prefixada	a 31/12/2018	Mensal	16,21%	111	280		
Capital de giro	Mercantil	prefixada	a 31/12/2017	Mensal	15,55%	-	1.785		
	Outros	Prefixada	a 31/12/2018	Mensal	16,21%	225	227		
						<b>3.036</b>	<b>5.422</b>		
						Circulante	1.512	2.861	
						Não circulante	1.524	2.561	
							<b>3.036</b>	<b>5.422</b>	

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos estão assim compostas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.422</b>	<b>7.058</b>	
Captação	3.774	1.550	
Amortização	(4.214)	(3.333)	
Juros Pago	(4.372)	(2.735)	
Juros	2.426	2.882	
<b>Saldo Final</b>	<b>3.036</b>	<b>5.422</b>	

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 22.347 (R\$ 14.747 em 31 de dezembro de 2017) totalmente subscrito e integralizado, representado por 22.346.788 ações ordinárias, sem valor nominal (14.746.788 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2017).

**b) Margem de solvência**

2018		2017	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(4.435)</b>	<b>15.964</b>	
<b>Adições:</b>	<b>1.487</b>	<b>2.787</b>	
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	1.487	2.787	
<b>Deduções:</b>	<b>-</b>	<b>(569)</b>	
(-) Ativo não circulante intangível	-	(569)	
<b>Patrimônio mínimo ajustado</b>	<b>(2.948)</b>	<b>18.182</b>	
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	35.759	29.617	
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	36.559	29.437	
<b>Margem de solvência 70,52% ( 63,14% em 31 de dezembro de 2017)</b>	<b>25.781</b>	<b>18.700</b>	
<b>(maior entre (a) e (b))</b>	<b>(28.729)</b>	<b>(518)</b>	

**Suficiência/(insuficiência) de capital**
**17. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	178.339	148.235	
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	633	541	
Contraprestações canceladas	(55)	-	
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	186	155	
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	(306)	(846)	
	<b>178.797</b>	<b>148.085</b>	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

consequentemente a insuficiência de solvência foi absorvida e regularizada mediante aportes realizados pelo grupo econômico.

Nossa opinião não está ressalvada perante o referido assunto.

**Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31/12/2017**

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório sem modificação em 27 de fevereiro de 2018, com comentários de Ênfases relacionados aos assuntos: (i) Suficiência e Vinculação de Ativos Garantidores (ii) assunto semelhante a Ênfase sobre a insuficiência de solvência no valor de R\$ 518 mil e (iii) a necessidade de cálculos de redução ao valor recuperável para a rubrica de Bens e Títulos a Receber no valor de R\$ 17.636 mil, cujos saldos são apresentados para fins comparativos e, consequentemente, não emitimos opinião sobre eles.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Operadora**, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Operadora** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Operadora** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

**18. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Eventos conhecidos ou avisados	(130.800)	(105.801)	
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	232	235	
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(2.377)	(2.782)	
	<b>(132.945)</b>	<b>(108.348)</b>	

**19. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Exames	(7.394)	(1.731)	
Perdas com créditos incobráveis	5	(26)	
Outras despesas operacionais	(883)	-	
	<b>(8.272)</b>	<b>(1.757)</b>	

**20. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Remuneração - pessoal próprio	(1.204)	(1.210)	
Comissões	(5.303)	(4.527)	
	<b>(6.507)</b>	<b>(5.737)</b>	

**21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Pessoal	(6.816)	(6.682)	
Serviços de terceiros	(5.540)	(4.104)	
Localização e funcionamento	(3.187)	(2.903)	
Tributos	(484)	(548)	
Publicidade e propaganda	(291)	(328)	
Provisão (reversão) para contingências	(34.745)	(407)	
Depreciação e amortização	(83)	(76)	
Outras	(6.984)	(1.317)	
	<b>(58.130)</b>	<b>(16.365)</b>	

**22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Receitas com aplicações financeiras	663	1.448	
Juros recebidos	1.185	275	
Varição monetária ativa	431	-	
Descontos obtidos	264	360	
Outras receitas	-	7	
	<b>2.543</b>	<b>2.090</b>	

**Varição monetária passiva**

Multas e juros	(823)	(819)
Tarifas bancárias	(1.558)	(1.176)
Descontos concedidos	(275)	(368)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.148)	(2.317)
Custos sobre empréstimos	(815)	(1.185)
Outras despesas	(21)	(5)
	<b>(9.987)</b>	<b>(5.913)</b>
	<b>(7.444)</b>	<b>(3.823)</b>

**Resultado financeiro líquido**
**23. COBERTURA DE SEGUROS**

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

a) **Incorporação - Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A.**  
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de fevereiro de 2019, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificativa para incorporação da empresa Samed Serviços de Assistência Médica, Odontológica e Hospitalar S.A pela controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A. .O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 28 de fevereiro de 2019 por empresa de auditoria independente. A operação aguarda aprovação da ANS.  
A incorporação ocorreu em 02 de março de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. Tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica.

CONTADOR - Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 256.620/O-0

com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Operadora**.